

AMERICANISMO E FORDISMO EM GRAMSCI

Monica Silva de Lima (Autora)¹

Fernanda da Silva Santos²

Paulyne Albuquerque Souza³

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Faculdade de Serviço Social (FSSO)

RESUMO: Este artigo analisa o americanismo e o fordismo a partir do pensamento de Gramsci sob uma abordagem das questões mais relevantes que assinalaram o processo de organização da economia programática. Estudo baseado na análise de conjuntura articulada ao processo histórico apreendido pelas conexões estabelecidas entre os aspectos mais gerais que delineiam o americanismo, apresentado pela racionalização do trabalho com profundas implicações na vida sociopolítica e cultural dos trabalhadores, visando adaptar a classe operária ao novo padrão de acumular capital e restabelecer o desenvolvimento econômico da sociedade capitalista.

Palavras-chave: Americanismo; fordismo; racionalização do trabalho.

RESUMEN: En este artículo se analiza el americanismo y el fordismo del pensamiento de Gramsci en un enfoque de las cuestiones más importantes que marcaron el proceso de organización de la economía programática. Estudio basado en el análisis de coyuntura articulado al proceso histórico capturado por las conexiones entre los aspectos más generales que delimitan el americanismo, presentado por la racionalización del trabajo con profundas implicaciones para la vida socio-política y cultural de los trabajadores, con el objetivo de adaptarse a la clase obrera a la nueva norma para acumular capital y restaurar el desarrollo económico de la sociedad capitalista.

Palabras clave: americanismo ; fordismo ; racionalización del trabajo.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa o americanismo e o fordismo a partir do pensamento de Gramsci, acerca dos problemas que marcaram o processo de organização da economia programática⁴,

¹Assistente Social residente do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA-UFAL). Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS/ UFAL).

² Assistente Social residente do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA-UFAL). Especialista em Educação em Direitos Humanos e Diversidade/ UFAL.

³ Assistente Social residente do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA-UFAL).

⁴ Com a expressão “economia programática”, Gramsci se refere provavelmente ao planejamento socialista da economia, tal como vinha sendo empreendido pela União Soviética. Para ele, tanto o “americanismo” quanto o fascismo – considerados como formas de “revolução passiva” que respondem à Revolução de 1917 – acolhem elementos de programação econômica na tentativa de conservar o capitalismo. (GRAMSCI, 2001, p. 367).

bem como suas implicações na organização da sociedade, vale dizer, o “novo modo de vida” e o “novo tipo de trabalhador” instaurado no início do século XX sob a centralidade do mundo produtivo. Nesta pesquisa procuramos desvendar os fundamentos do americanismo e compreender o papel que assume na relação entre economia e política.

A nova relação estabelecida entre política e economia no pós 1917 ensejou o debate sobre o americanismo refletido, segundo Dias (1999), como uma revolução passiva⁵ destinada a neutralizar os antagonismos na própria sociedade capitalista, o que expressou e viabilizou o projeto de uma “subjetividade histórica” alternativa. Nesse sentido, o americanismo foi a forma encontrada para amortecer as contradições iminentes do capitalismo, não apenas como uma mera medida econômica, mas como uma forma ideológica de profundos rebatimentos no campo sociopolítico e cultural, particularmente, da classe operária.

Este trabalho foi realizado por meio de leituras e sistematização da obra de Gramsci para compreender os aspectos conjunturais que determinaram o fenômeno do americanismo, bem como, recorreremos a autores contemporâneos que seguem a linha do pensamento gramsciano sob uma explanação clara e concisa para facilitar a apreensão dos seus conceitos.

É um estudo relevante tanto para a sociedade, a respeito do desvelamento das mazelas sociais através de um destrutivo processo do desenvolvimento econômico, quanto para o Serviço Social, pois revela a base da questão social, hoje, sendo reflexo de um conjunto de medidas adotadas pela estrutura produtiva que reflete nas precárias condições de reprodução da classe trabalhadora com a qual o assistente social atua diretamente no cotidiano de sua prática profissional e intervindo por meio de programas e políticas sociais.

2. Sistema taylorista-fordista

No início do século XX, frente à consolidação do capitalismo monopolista, a sociedade se deparava com profundas transformações sociopolíticas e culturais que demandavam um redimensionamento na produção através de novas formas de controle do processo de trabalho evidenciadas no sistema fordista que, de acordo com Dias (1999), não implicou em grande inovação tecnológica, mas, no momento decisivo e necessário da reestruturação capitalista nos EUA e do processo de subordinação do trabalho ao capital,

⁵ De acordo com Dias (1999), a revolução passiva implica na redefinição das formas de estruturação do capitalismo e corresponde à necessidade de impor um conjunto de medidas de contratendência à queda da taxa de lucro e de tentar neutralizar os antagonismos no interior do bloco capitalista.

como uma “atualização do projeto social capitalista e não apenas uma mera fórmula econômica” (DIAS, 1999, p. 99).

O fordismo expressou um conjunto de medidas de contratendência à lei da queda tendencial da taxa de lucro que incorporou e ampliou uma nova modalidade de gestão fabril, o taylorismo. Para Dias (1999, p.99), “a gestão do processo produtivo é a forma condensada da política dos dominantes, porque impõe, no processo de trabalho, a desigualdade real e a impossibilidade da cidadania na esfera do privado”. A experiência taylorista apresentou a inaudita subsunção real do trabalho ao capital; criou uma disciplina operária através da perda da subjetividade classista dos trabalhadores que passaram a executar o trabalho a partir da objetividade do capital em detrimento do controle que ainda possuíam sobre a produção. Essa objetividade do capital é centrada na eliminação das porosidades no processo produtivo e na reconstrução das lógicas operativas. Nesse sentido, a base do americanismo presente no taylorismo e no fordismo reflete não apenas o colapso da resistência dos trabalhadores, mas “o laboratório das novas experiências de subordinação do trabalho ao capital” (DIAS, 1999, p. 100).

A respeito dos aspectos mais gerais que delineiam o americanismo, cabe ressaltar a racionalização da produção e da vida sociopolítica dos trabalhadores como elemento fundamental de sua objetivação. Essa racionalização se deu pela gerência científica de Taylor e pelos critérios adotados por Ford, configurando a formação de uma ideologia predominante nos Estados Unidos, isto é, a hegemonia nas fábricas. De acordo com Dias (1999),

a hegemonia não é apenas um projeto político entre outros mas é o campo do possível, do pensável, do praticável. Ela ocorre quando as produções/práticas se pensam na produção/ racionalidade material e é campo de articulação do saber/ fazer/ sentir/ agir (DIAS, 1999, p.102).

Assim, o americanismo como hegemonia ensejou uma nova socialização centralizada pela estrutura produtiva que criou “um novo tipo humano” e uma nova “fase da adaptação psicofísica à nova estrutura industrial”.

“A proposta americanista traz em si uma exigência objetiva do desenvolvimento das forças produtivas, que recebem forma capitalista, desenvolvendo uma específica fisionomia político-ideológica” (SIMIONATTO,1995, p. 85). Desta forma, a autora enfatiza que o fordismo foi uma proposta de revitalização do capitalismo sob um duplo objetivo, inibir uma

possível democracia operária e substituir a classe plutocrática através de um novo mecanismo de acumulação e distribuição do capital financeiro baseado, agora, diretamente na produção industrial.

A partir desta análise, abordaremos o pensamento gramsciano acerca do fenômeno americanismo e suas determinações ao conjunto da sociedade. Vale ressaltar que, esta abordagem foi desenvolvida a partir do exame de Gramsci a respeito dos problemas mais relevantes no processo de organização da economia programática.

3. Americanismo e fordismo

Para Gramsci (2001, p. 241), “o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática” marcada por diversos problemas que refletiam a ultrapassagem do velho individualismo econômico. Tais “problemas nascem das várias formas de resistência que o processo de desenvolvimento encontra em sua evolução” (GRAMSCI, 2001, p.241). Nesse sentido, o americanismo e o fordismo são as respostas do capitalismo em sua fase monopólica ao desenvolvimento econômico sob uma nova base de acumulação de capital cuja, encontrou resistências tanto das forças subalternas que tinham de ser manipuladas e racionalizadas de acordo com os novos padrões produtivos quanto de setores dominantes ainda ligados à velha estrutura econômica, particularmente, da Europa. Segundo Braga⁶ (2008, p.13), “desde o final do século XIX o desenvolvimento da grande indústria monopolista deslocara o eixo dinâmico da economia mundial da Europa para os Estados Unidos” que adotou o proibicionismo⁷ como condição necessária para desenvolver o novo tipo de trabalhador adequado à indústria “fordizada”. De acordo com a análise gramsciana, o fordismo, nas décadas de 1920 e 1930, expressou a hegemonia industrial dos Estados Unidos que representou um novo modo de vida, ou um modo de regulação das condições mais íntimas da classe operária sob a combinação da coerção e da persuasão.

Braga (2008) expõe que, para Gramsci, o capitalismo estadunidense é o único capitalismo histórico que não se encontra limitado pelos resíduos sociais dos modos de produção anteriores. Para esta compreensão, é relevante expor as condições históricas e

⁶ Ver introdução de Ruy Braga em GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. Tradução de Gabriel Bogossian, 2008.

⁷ Referente à proibição do consumo de bebidas alcoólicas.

social-demográficas as quais os EUA foram submetidos. Diferentemente da Europa, a América do Norte foi colonizada e teve, segundo Aquino (2010), Monroe como um defensor da independência norte-americana que ficou conhecido pela frase “a América para os americanos”. Era pertinente o passado colonial da América no início do século XIX, mas, diante das transformações a burguesia triunfava, liderando camponeses e operários. Monroe era um representante da burguesia no Norte dos Estados Unidos, que se destacou como uma das grandes potências internacionais na segunda metade do século XIX pela expansão territorial e pelo processo de industrialização. Quanto ao aspecto político, ascendeu-se o antagonismo entre o Norte industrializado dos EUA e o Sul agrário e escravista.

No norte havia a lavoura em pequena escala, o transporte por navios, as manufaturas que cresciam, tudo produzido pelo trabalho do branco; no sul havia a monocultura com o trabalho do negro (...) O comerciante, industrial ou banqueiro do Norte, ganhando força nova com a Revolução Industrial, tinha que se haver com as classes proprietárias de terra do Sul (HUBERMAN apud AQUINO, 2010, p. 273).

Apesar dos antagonismos entre as diferentes composições social-demográficas, percebemos que ambas constituem-se, em sua maioria, de trabalhadores, além do que, houve uma crescente imigração para os estados americanos, aumentando a população e o número de trabalhadores. A partir desta breve análise histórica dos EUA, percebemos que a conquista de sua hegemonia se concretizou pela ausência de aspectos histórico-culturais determinados por modos de produção arcaicos.

É no contexto da formação social capitalista mais avançada e identificada pela hegemonia estadunidense que Gramsci destaca alguns dos problemas mais importantes no decurso da economia programática, dentre eles a racionalização da composição demográfica europeia, em que a velha camada plutocrática realizou diversas tentativas de introduzir alguns aspectos do americanismo e do fordismo na pretensão de conciliar o que parecia inconciliável: a velha e anacrônica estrutura social-demográfica europeia com uma forma moderna de produção e de modo de trabalhar oferecido pelo tipo americano aplicado na indústria “fordizada”. Por isso, a introdução do fordismo encontrou resistências “intelectuais” e “morais” e ocorreu sob formas brutais e insidiosas através da coerção. Ou seja, a Europa queria adotar o fordismo pelo poder que produzia na concorrência, mas conservando seu exército de parasitas que só consumiam mais-valia, agravando os custos iniciais e debilitando

o poder de concorrência no mercado internacional. O autor chama atenção para a reação europeia ao americanismo que resultou em vários elementos necessários à compreensão da atual situação dos Estados do velho Continente e os acontecimentos políticos do pós-guerra.

Segundo Gramsci (2001), o americanismo, em sua forma mais completa, exige uma condição preliminar existente “naturalmente” na América: “uma composição demográfica racional”, que consiste na ausência de classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo, isto é, classes absolutamente parasitárias. Ao contrário, a Europa caracteriza-se pela existência de tais classes, criadas pela “riqueza” e pela “complexidade” da história passada que deixou um grande número de sedimentações passivas através da saturação e formação do pessoal estatal e dos intelectuais, do clero e da propriedade fundiária, do comércio de rapina e do exército. De acordo com o autor, “quanto mais antiga é a história de um país, tanto mais numerosas e gravosas são estas sedimentações de massas ociosas e inúteis que vivem do ‘patrimônio’ dos ‘avós’” (GRAMSCI, 2001, p. 243). Essas sedimentações podem ser definidas pela existência de determinadas formas de vida nacional. Desta maneira, sendo a condição preliminar do americanismo a existência de uma massa de trabalhadores, a Europa encontra-se num grande entrave à sua implementação.

Após analisar o problema das proporções definidas na composição demográfica da Europa, Gramsci (2001) inicia sua análise sobre a América afirmando que ela não tem grandes “tradições históricas e culturais”, portanto, sedimentações parasitárias, o que conforma sua excelente acumulação de capitais. A inexistência de classes ociosas na América permitiu uma base sadia para a indústria e, em especial, para o comércio. Além disso, os experimentos de Ford e as economias de sua fábrica, através da gestão direta do transporte e do comércio da mercadoria produzida, incidiram sobre os custos da produção que permitiu melhores salários e menores preços de venda, condições preliminares já racionalizadas pelo desenvolvimento histórico que facilitou racionalizar a produção e o trabalho, combinando a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais, propaganda ideológica e política) e centrando a vida do país na produção.

Gramsci (2001, p. 247-8) diz que “a hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia”. Para ele, o fenômeno das “massas” é uma forma de sociedade “racionalizada”, na

qual a “estrutura” domina as superestruturas e estas são “racionalizadas”⁸. “Na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo” (GRAMSCI, 2001, p.248) que teve sua fase de adaptação psicofísica à nova estrutura industrial através dos altos salários. Antes da crise de 1929 não se verificou um florescimento “superestrutural” e, portanto, nenhuma questão fundamental da hegemonia. A luta se deu com armas tomadas do velho arsenal europeu e se desenvolveu na América pelos direitos profissionais, contra a “liberdade industrial”.

Além da racionalização demográfica europeia, Gramsci aborda a questão sexual como um dos problemas mais importantes para a organização da economia programática. A sexualidade tem um papel predominante, por isso os instintos sexuais sofreram a maior repressão por parte da sociedade em desenvolvimento que passou a regulamentá-los pelas contradições geradas e pelas perversões que lhes eram atribuídas, parecendo-lhe contrária à natureza. Em relação à função econômica da reprodução, Gramsci (2001) apresenta não apenas como um fato geral da sociedade que necessita da produção e manutenção da população, mas também como um fato “molecular” que compõe o interior dos aglomerados econômicos menores, como a família. As relações sexuais, enquanto aspecto fundamental e específico da questão econômica e intrínsecas da condição humana, estão para além das condições subjetivas que podem trazer complexos problemas no campo “superestrutural”.

Dessa forma, faz-se uma relação semelhante com a vida na indústria que exige uma adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes etc., que não é algo inato, “natural”, mas que exige ser adquirido na medida em que as características urbanas são absorvidas no decorrer da infância e da adolescência, trazendo uma permanente modificação da composição sociopolítica da cidade.

Diante da análise gramsciana, fica claro a complicação da regulamentação da questão sexual e da tentativa de criar uma nova ética sexual adequada aos novos métodos de produção e de trabalho, como também, a aparência do interesse “puritano” dos industriais nas relações sexuais de seus empregados e, em geral, pela organização de sua família.

Assim, o novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho só poderá se desenvolver quando o instinto sexual for regulamentado, racionalizado. Dentre os problemas que dificultavam a organização da economia programática e os apontamentos, ainda embrionários, da hegemonia, o autor assinala sobre a questão do “super-regionalismo e

⁸ A respeito da “estrutura” e das “superestruturas”, ver Bianchi (2008).

supercosmopolitismo”, buscada na polêmica literária entre ambos e considerada “um indício fugaz da polêmica entre conservadorismo parasitário e as tendências inovadoras da sociedade italiana” (GRAMSCI, 2001, p. 253). Sob a literatura, Gramsci (2001) aborda alguns autores, entre eles Eugenio Giovannetti que faz um contraponto entre energia literária (de uma retórica demasiadamente cômoda, a exemplo dos princípios da velha Europa) e energia técnica (a questão do americanismo e do fordismo). Diante dessas considerações, o autor explicita a diferença entre a ação real do americanismo que modifica o homem e a realidade exterior, “e o ridículo espírito de gladiador que se autoproclama ação e que só modifica as palavras e não as coisas, o gesto exterior e não o interior do homem” (GRAMSCI, 2001, p. 254). A primeira está relacionada à sua atividade objetiva, e a segunda refere-se a uma retórica aperfeiçoada que se reduzirá quando dissolver a aparência que lhe dá movimento e vida.

Na correlação de forças existente na sociedade italiana, de um lado a classe ociosa patriarcal, de outro as correntes inovadoras adeptas do americanismo, Gramsci (2001) aborda o “corporativismo” de Fovel, defendido como uma premissa para a introdução na Itália do modo americanizado de produzir e de trabalhar.

O que parece significativo na tese de Fovel, resumida por Pagni, é sua concepção da corporação como um bloco industrial-produtivo autônomo, destinado a resolver em sentido moderno e acentuadamente capitalista o problema de um ulterior desenvolvimento do aparelho econômico italiano, contra os elementos semifeudais e parasitários da sociedade (...), contra os chamados “produtores de poupança” (GRAMSCI, 2001, p. 256).

Colocava-se que seria possível a produção da poupança no interior da corporação, através de um desenvolvimento da produção a custos decrescentes que permitiria o aumento dos lucros, e com isso um ritmo mais acelerado de acumulação de capitais na interior da empresa.

No bloco industrial-produtivo, o elemento “capitalista” deveria ser substituído pelo elemento técnico – direção e operários –, ou seja, ser substituído por um bloco de elementos eficazes na produção, os únicos capazes de se reunirem em sindicato e constituir a corporação produtiva. Apesar do “corporativismo” de Fovel apresentar elementos significativos para a americanização da Itália, ele ensejava uma organização operária representada pelos sindicatos que foram sucumbidos pelos fascistas. O movimento operário na Itália não era contra as inovações técnicas, à racionalização do trabalho, pois, enquanto portadores das novas exigências industriais, os operários defendiam-nas a seu modo. Além dessas questões, a

organização corporativa podia se tornar a forma da transformação técnico-econômica da qual os operários não podem se opor. Assim, na forma jurídica é a mais importante das condições imediatas.

O americanismo exige uma determinada estrutura social e um determinado tipo de Estado, o Estado liberal em sentido da livre iniciativa e do industrialismo econômico que aparece como “sociedade civil”, através do próprio desenvolvimento histórico da concentração industrial e do monopólio. Gramsci (2001, p. 259) afirma que “o desaparecimento do tipo semifeudal do rentista é, na Itália, uma das principais condições para a transformação social” tendo na política econômico-financeira do Estado o instrumento desse desaparecimento: amortização da dívida pública, títulos nominais. Para o autor, a orientação corporativa está se tornando uma máquina de conservação do que existe tal como existe e não uma mola propulsora. Isso porque, também, defende o desemprego para garantir um nível mínimo de vida e cria empregos de novo tipo, organizativo e não produtivo. Assim, se evidencia os princípios da velha Europa, um vultuoso conjunto de sedimentações passivas em detrimento de uma massa de trabalhadores essencialmente eficazes na produção. Desta forma, analisaremos os impactos do americanismo para a nova forma de socialização centrada, exclusivamente, no mundo produtivo.

4. A racionalização do trabalho e a nova forma de socialização

Diante das dificuldades apresentadas, quanto ao processo de americanização da Itália, Gramsci (2001) traz os aspectos que denotam o agravamento desses problemas paralelo ao crescente setor industrial. Para ele, a história do industrialismo é uma luta permanente contra a “animalidade” do homem, um processo ininterrupto, doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos naturais a normas e hábitos rígidos cada vez mais complexos que possibilitam uma complexificação maior da vida coletiva, uma consequência necessária ao desenvolvimento industrial.

Essa luta é imposta no exterior da fábrica com resultados eficazes e, em grande parte, puramente mecânicos. Se deu sob uma coerção brutal no modo de ser e viver dos homens, ou seja, através do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade; a “educação” do homem adequado à nova civilização, ou melhor, às novas formas de produção e de trabalho, ocorreu sob inauditas brutalidades à natureza da condição humana.

Esse período de ascensão do industrialismo, marcado pela repressão, também é assinalado por crises que afetam as classes médias e a própria classe dominante, uma pressão coercitiva exercida sobre todo o complexo social que, de acordo com Gramsci (2001), ocorre depois da queda da escravidão e do advento do cristianismo, e desenvolve “ideologias puritanas, que dão a forma exterior da persuasão e do consenso ao uso intrínseco da força” (p. 263). A partir de um resultado positivo, a pressão diminui (segundo Gramsci, ela se apresenta de diferentes modos em determinados períodos históricos, mas uma diminuição fortemente marcada pela face religiosa envolvida) e surge a crise de libertinismo, a qual só atinge superficialmente as massas trabalhadoras, ou indiretamente, já que deprava as mulheres. Nesse sentido, a crise não atinge apenas à questão dos costumes puro e simplesmente para a adequação à nova forma de trabalho, mas, e tão somente a questão sexual, em que os instintos sexuais foram reprimidos, causando abalos nas instituições ligadas à vida sexual, exigindo destas novas formas de utopia iluminista para a sexualidade.

A exposição dos problemas e seus desdobramentos em toda sociedade, desde o interior da produção aos desejos mais íntimos da condição humana, revela a luta contínua contra os anseios “animalescos” do homem que venham a derruir o projeto americano na Europa. Na América, a racionalização do trabalho está intrinsecamente ligada ao proibicionismo, cuja função está em investigar a vida íntima dos operários e controlar a “moralidade”, enquanto necessidades do método racionalizado da produção e do trabalho. Um método teorizado por Taylor que,

expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal (GRAMSCI, 2001, p. 266).

Para o autor, este deslocamento do espírito humano do processo produtivo não é algo novo, porém, uma fase, poderíamos dizer madura, que se iniciou com o próprio nascimento do industrialismo, de forma mais intensa e brutal, “mas que também será superada através da criação de um novo nexos psicofísico de um tipo diferente dos anteriores e, certamente, de um tipo *superior*” (GRAMSCI, 2001, p. 266). Sob este ponto de vista, deve-se compreender as iniciativas “puritanas” dos industriais americanos do tipo Ford, que utilizam o aspecto psicofísico do trabalhador sobre outro ângulo até mais devastador. Para isto, Gramsci (2001)

analisa a “humanidade” e a “espiritualidade” do trabalhador que, para ele, “só pode se realizar no mundo da produção e do trabalho, na ‘criação’ produtiva” (p. 267).

As iniciativas “puritanas” têm apenas a finalidade de conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psico-físico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, espremido pelo novo método de produção. Esse novo equilíbrio não pode ser senão puramente exterior e mecânico, mas pode tornar-se interior se ele for proposto pelo próprio trabalhador e não imposto de fora, com uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais (GRAMSCI, 2001, p. 267).

É nessa lógica que o industrial americano vai se consolidando, sob uma aparente estabilidade psicofísica do trabalhador garantida pelo alto salário que o operário recebe para conservar, renovar e, se possível, aumentar sua eficiência física, e não para destruí-la, se consumir o álcool, o agente mais perigoso de destruição da força de trabalho que, agora, torna-se função do Estado (proibicionismo), assim como outras funções, quando a iniciativa privada dos industriais não mais responderem. Em relação ao alcoolismo, associa-se também à sexualidade, questões fortemente ameaçadoras do novo método da produção, das quais se articulam numa moralidade dogmática que torna as relações sexuais meramente mecânicas, diluindo aquela “espiritualidade” e “humanidade” do homem.

O taylorismo iniciara o processo dessa diluição “espiritual” apresentando os primeiros princípios que efetivaram a racionalização do trabalho a partir da mecanização do trabalhador, ou seja, da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, o que Gramsci denomina, “conteúdo humano” do trabalho. Essa nova gestão do trabalho estimula o máximo da desqualificação do trabalhador, apresentado por Taylor como “gorila amestrado”, que incorpora a objetividade e a subjetividade do capital. Assim, ao compreenderem essa dialética dos novos métodos, os industriais norte-americanos perceberam no “gorila amestrado” que o operário ainda continua homem e que, até mesmo no trabalho, pensa mais ou tem mais possibilidade de pensar quando superou a crise de adaptação e não foi eliminado.

Pondo em questão que o industrial americano precisa manter estável a força física do operário, os altos salários são uma forma transitória dessa manutenção, pois a adaptação aos novos métodos de produção e de trabalho não pode ocorrer apenas pela coerção, mas por um processo combinado com a persuasão e o consenso nas formas próprias de uma determinada sociedade que permita um padrão de vida capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas

pelo novo tipo de esforço. Entretanto, a generalização dos novos métodos de trabalho implicou, concomitantemente, com o desaparecimento dos altos salários que “ligam-se necessariamente a uma aristocracia operária e não são pagos a todos os trabalhadores americanos. [Pois,] é um fenômeno derivado de uma necessidade objetiva da indústria moderna que atingiu determinado grau de desenvolvimento e não um fenômeno primário” (GRAMSCI, 2001, p. 273).

Portanto, é na indústria Ford que encontramos o fator determinante dos altos salários e da instabilidade profissional que está presente numa nova qualificação demandada pelo fordismo, “uma forma de consumo da força de trabalho e uma quantidade da força consumida no mesmo tempo médio que são mais gravosas e extenuantes do que em outros locais, forma e quantidade que o salário não consegue compensar em todos os casos, não consegue reconstituir nas condições dadas pela sociedade tal como ele é” (GRAMSCI, 2001, p. 274).

Nessas circunstâncias, o autor compreende que o método Ford é “racional”, isto é, deve se generalizar, por meio de um necessário e longo processo, no qual ocorra uma mudança das condições sociais e dos costumes e hábitos individuais não apenas pela coerção, mas tão somente através de uma combinação entre coação (autodisciplina) e persuasão, sob a forma também de altos salários, isto é, da disponibilidade de um melhor padrão de vida, mais exatamente, um padrão de vida adequado aos novos métodos de produção e de trabalho, que exigem maior dispêndio de forças vitais.

Tendo em vista esse novo padrão de vida, Gramsci (2001) destaca um limite relevante à lei da concorrência gerada pelo exército de reserva e pelo desemprego. Para se constituir um quadro orgânico e bem articulado de operários qualificados é difícil, por isso a composição operária privilegiada desse quadro não só se beneficia com um salário de monopólio, como também não é demitida em caso de redução temporária da produção, daí a formação de grupos sociais cristalizados, com altos salários e outros privilégios, em contraposição à massa dos “trabalhadores temporários”.

Após essas considerações, Gramsci aborda o papel do Estado em relação à massa de poupadores no contexto da crise. Esses poupadores busca se desfazer das ações desvalorizadas, preferindo os títulos do Estado a qualquer outra forma de investimento; quer participar da atividade econômica através do Estado que garanta um juro menor, porém seguro. Desta forma, o Estado é investido de uma função de primeiro plano no sistema capitalista, como empresa que concentra a poupança a ser posta à disposição da indústria e da

atividade privada. E ainda, controla se os investimentos realizados por seu intermédio estão bem administrados, o que compreende a discussão teórica do corporativismo. Mas, a função controladora do Estado não é suficiente, pois trata, também, da sua reorganização e desenvolvimento paralelo ao aumento da população e das necessidades coletivas.

Diante disso, as tendências corporativas “se manifestam predominantemente como exaltação do Estado em geral, concebido como algo absoluto, e como desconfiança e aversão em face das formas tradicionais do capitalismo” (GRAMSCI, 2001, p. 278). Assim, parece que, teoricamente, o Estado tem sua base político-social na “gente miúda” e nos intelectuais, mas, na realidade, sua estrutura permanece plutocrática e intimamente articulada ao capital financeiro.

Em suas últimas análises sobre o americanismo e o fordismo, Gramsci destaca o ponto nodal no que se refere ao embate posto nas sociedades europeia e americana. Para ele, não se trata de uma nova civilização americana, mas de uma transformação das bases materiais da Europa, ou seja, uma transformação da forma de civilização existente e um nascimento forçado de uma nova civilização européia.

Os elementos de “nova cultura” e de “novo modo de vida” que hoje se difundem sob a etiqueta americana não passam das primeiras tentativas feitas às cegas, devidas não tanto a uma “ordem” que nasce de uma nova estrutura, que ainda não se formou, mas à iniciativa superficial e macaqueadora dos elementos que começam a sentir socialmente deslocados pela ação (ainda destrutiva e dissolutora) da nova estrutura em formação (GRAMSCI, 2001, p. 280).

Nesse sentido, o “americanismo” é, em parte, a transformação das velhas camadas a serem diluídas pela nova ordem nascente, que tentam por uma reação inconsciente destruir essa nova estrutura econômica, se apoiando nos aspectos negativos dessa transformação, o que Gramsci chama de prolongamento orgânico e intensificação da civilização europeia. Vale ressaltar que, a difícil americanização da Europa foi devido às resistências da classe parasitária, à sua luta pela hegemonia. O americanismo e o fordismo instauram uma “nova cultura” e um “novo modo de vida” adequados, exclusivamente, ao novo método de racionalização da produção e do trabalho.

5. CONCLUSÃO

Compreendemos como americanismo a medida adotada pelos representantes do capital para manter e assegurar seu desenvolvimento através de um aparelhamento de gestão e controle do processo produtivo mediante as novas formas de captura objetiva e subjetiva do trabalhador.

O trabalhador americanizado reuniu os principais elementos do sistema taylor-fordista que marcou a era de uma inaudita subsunção do trabalho ao capital, consolidada após os anos de 1930 com o redimensionamento do capitalismo sob uma nova ideologia exteriorizada do interior da fábrica. O padrão de vida americano se internacionalizou de forma hegemônica, exigindo de outros países seu reordenamento a uma ordem que se ascendia sob uma nova forma de acumular capital, para garantir a lei regente da sociedade capitalista em tempos dos monopólios através do capital financeiro.

Os trilhos reajustados reestruturaram a sociedade capitalista, permitindo-lhe renovar e criar possibilidades de um horizonte marcado pela forma que lhe dá sustentação e movimento, a contradição capital/ trabalho, hoje, permeada por aspectos semelhantes ou mesmo renovados do que se chamou americanismo, uma vez que seu caráter político ideológico ultrapassou os limites da objetividade do mundo produtivo quando a subjetividade do indivíduo a incorporou. Desta forma, apresentam-se caminhos para uma renovada sociedade e (des)caminhos para a construção de uma nova sociabilidade.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Rubim Santos Leão de. **História das sociedades**: das sociedades modernas às sociedades atuais. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2010.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **A liberdade (im) possível na ordem do capital**: reestruturação produtiva e passivização. Revista e Ampliada, 1999. (2ª Edição).
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 4. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução Gabriel Bogossian. São Paulo: Hedra, 2008.
- SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.